

De nossas práticas transgressivas cotidianas

Of our everyday transgressive practices

Katia Aguiar, Leonardo Pinto de Almeida

É com alegria que abrimos esse número de nossa revista. Em sua composição, estão doze artigos, oito deles, correspondentes ao dossiê *Dossiê Práticas Grupais – transgressões possíveis*, organizado pela professora Kátia Aguiar, e quatro textos, provenientes de nosso fluxo contínuo.

Para iniciar nossa apresentação do presente número, devemos localizar as problemáticas relacionadas ao dossiê em questão para que a leitura do mesmo seja melhor aproveitada.

Os anos 70/80 foram anos férteis para movimentos e lutas de enfrentamento ao reacionarismo e conservadorismo vigentes, que sustentavam institucionalidades de tempos ditatoriais. Em nossas memórias, estão vívidos o Movimento Antimanicomial, a politização de coletivos contra diversas formas de dominação (racial, gênero, religiosa, territorial), a criação de entidades associativas, o surgimento do novo sindicalismo e a expansão das centrais sindicais, a formalização do MST, como algumas das formas de organização que acompanhamos germinar. Essas iniciativas aliaram o necessário e urgente combate ao capitalismo em suas condições gerais de exploração e dominação, à valorização do local, do singular, dos elementos presentes nos modos de vidas na captura material/imaterial de nossos corpos.

A politização do cotidiano favoreceu a ampliação do campo de análise das condições das vidas subalternizadas por dominações cruzadas (como a de uma mulher-negra-não escolarizada-periférica) e a experimentação de novos modos de organização e funcionamento dos coletivos, indagando, por exemplo, a centralização do poder de lideranças e a importância do diálogo com outras forças populares em luta. Frente às referências do que até então se impunha como a boa militância e aos paradigmas das ciências humanas e sociais que sustentavam os caminhos do pensar-agir revolucionário, novas tensões e muitas dúvidas se fizeram presentes nas práticas que buscavam transformações sócio-político-econômicas.

Os deslocamentos pela presença daqueles *novos personagens* nas lutas sociais intensificou discussões polarizadas (como autonomia x hegemonia, individual x grupal), e abriu espaços de crítica em ato provocadoras do pensar limites e possibilidades de conceitos operadores de análise (como poder, sociedade, estado, conhecimento).

Em um país como o Brasil, rico em contradições e profundas desigualdades, com tradição em regimes autoritários que impõem silenciamentos e extermínio da pluralidade de vozes que se insurgiram e se fazem resistências contracoloniais, colocar em cena experimentações coletivas, práticas grupais e o desafio de novas institucionalidades, não é pouca coisa. Para nós, antes de tudo, ativa a importância de observar a qualidade dos movimentos da sociedade, as referências (morais e éticas)

Katia Aguiar

**Universidade Federal
Fluminense**

Professora Associada do departamento de Psicologia e do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense.

katiafaguiarpsi@gmail.com

**Leonardo Pinto de
Almeida**

**Universidade Federal de
Mato Grosso**

Professor Associado do Instituto de Linguagens e do Programa de Pós-graduação em Linguagem da Universidade Federal de Mato Grosso e do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense. Editor-chefe da Revista ECOS.

leonardo.p.almeida@gmail.com

nas análises coletivas, a absorção e permanência de conservadorismos no entre-nós, a indissociabilidade subjetividade-política e, em especial, as relações entre o saber acadêmico (nomeado conhecimento, validado como verdade, circulante nas ciências) e o saber popular.

Na formação de psicólogos brasileiros (graduação e cursos complementares), desde os anos 70, as *práticas grupais* não estão livres de tensionamentos – alguns herdados dos modos como são contadas suas histórias, outros tantos atualizados por condicionantes das disputas por hegemonia no domínio (teórico e técnico) do grupalismo. Heliana de Barros Conde Rodrigues, em precioso artigo intitulado *Perigos e promessas do encontro entre grupalismo e historiografia na formação de psicólogos*, publicado na Revista Temas de Psicologia no ano 2000, nos incita a percorrer outros caminhos nas histórias das *práticas grupais* e seus usos. Implicada em “instaurar na formação psi uma *suspeita refletida* quanto à aparente simplicidade das histórias que nos contam”, aposta no abandono dos *mortíferos especialismos* e na construção de saberes e práticas muito *especiais*: “aqueles que possam instaurar modos de saber, fazer e ser em favor da diferença e da vida”.

Nos percursos das análises propostas pela autora, as batalhas por hegemonia envolvem tensões e disputas tanto no interior do domínio grupalista (entorno de qual seria a boa teoria, a boa técnica?) quanto nas bordas, entre este e as práticas nomeadas individuais. É dessa primeira visada que acessamos, no estudo, dois aspectos centrais no material bibliográfico que costumam apoiar as histórias que nos são contadas sobre as *práticas grupais*: *especialismo acrítico* e *teoricismo hipertrofiado*. Tais achados confirmam as avaliações que temos partilhado com estudantes quando trabalhamos suas expectativas sobre o tema “grupos” em disciplinas obrigatórias no curso de formação. E aqui, nos interessa sobretudo no processo de naturalização da emergência de um objeto (grupo) e de seus peritos (psicólogos), marcar a exclusão dos saberes e práticas não especializadas “produzidos no seio dos movimentos sociais contestatários quanto os formulados no campo de ação não facilmente incorporáveis às práticas psicossociológicas instituídas – certas filosofias, pensamentos políticos, reflexões artísticas.”

Considerando a riqueza e importância dos denominados movimentos (sociais) populares e a valorização dos saberes locais ativada por uma miríade de conquistas da visada ético-política da educação popular mundo afora, é interessante observar a limitação do reconhecimento ou mesmo a desqualificação de experiências de coletivização nos diversos espaços sociais e vitais que habitamos. É frequente que em disciplinas que abordam o tema nos cursos universitários, estudantes reconheçam as *práticas grupais* apenas como conhecimento de especialistas (profissionais do grupo, expertise em técnicas grupais), desconsiderando o contato em agrupamentos postos a funcionar por jogos, pelas normas sociais, levantes das juventudes, pela fé...

O convite à organização de um dossiê chegou como oportunidade de reunir contribuições de praticantes, professoras e pesquisadoras que investem nas práticas grupais, para além do domínio técnico e da especialidade, como aposta política no coletivo como afirmação da diferença. Grupos-dispositivos de coletivização que favoreçam a análise permanente das instituições, a passagem de potências de rupturas e de conexões, a afirmação de modos outros de estar junto.

Imersas nas tensões de nosso presente com diferentes problemas de pesquisa, todas as autoras se encontram no que temos nomeado *processos de formação*: maquinação afetiva-social permanente de territórios existenciais. O avanço (en)globalizante das políticas neoliberais em suas composições fascistas de aniquilamento da vida em sua multiplicidade nos

convocam a colocar uma atenção crítica nas práticas grupais, coletivas e institucionais.

Agradecemos imensamente a disposição e a disponibilidades de todas/os que se envolveram para gerarmos o *Dossiê Práticas Grupais – transgressões possíveis*.

Com essas breves palavras, Katia Aguiar abre o clarão para pensarmos politicamente as práticas e processos grupais que atravessam nossa sociedade hodiernamente.

Junto com o dossiê, quatro artigos perfazem reflexões no campo psicológico, tanto da ordem psicossocial, quanto da ordem clínica.

Assim, só nos resta a convidar a vocês a usufruírem desta bela capacidade humana de produção sentido.

Boa recepção!

Katia Aguiar e Leonardo Almeida